

ESCOLA SUPERIOR DO PARLAMENTO CEARENSE - UNIPACE

A IMPORTÂNCIA DA MULHER NA POLÍTICA

Ariana Mendonça Cavalcante¹

Stefânia Márcia C. Monteiro²

RESUMO

A pesquisa aborda a importância da participação feminina na política, analisando os desafios históricos, culturais e institucionais que limitam sua representatividade nos espaços de poder. Por meio de uma revisão bibliográfica fundamentada especialmente nas contribuições de Pinto (1994, 2001) e Prezotto (2023), o estudo examina os fatores que perpetuam a desigualdade de gênero na política e discute políticas afirmativas implementadas para fomentar a inclusão feminina. Os resultados evidenciam que, apesar do crescimento gradual da presença das mulheres em cargos eletivos, persiste as barreiras estruturais, resistência partidária e violência política de gênero. Além disso, a ausência de lideranças femininas impacta a formulação de políticas públicas voltadas à equidade de gênero e à inclusão social. O estudo conclui que a ampliação da participação feminina na política exige não apenas reformas institucionais, mas também mudanças culturais e sociais que promovam a valorização das mulheres no cenário político.

Palavras-chave: participação feminina; representatividade política; equidade de gênero.

1 INTRODUÇÃO

A presença da mulher na política é um tema essencial para compreendermos os caminhos que levam à construção de uma sociedade mais democrática e igualitária. Durante muito tempo, as mulheres estiveram afastadas dos espaços de poder, resultado de uma estrutura social excludente que historicamente as manteve em papéis secundários, especialmente na esfera pública.

Apesar dos avanços nas últimas décadas, a representação feminina nos cargos políticos ainda é visivelmente limitada. Essa realidade não reflete apenas um desequilíbrio quantitativo, mas revela barreiras profundas de ordem histórica, cultural e institucional que ainda dificultam o pleno exercício da cidadania política pelas mulheres. Diante disso, surgem perguntas que motivam este estudo: o que impede a participação mais ampla das mulheres na

1. Graduada em Nutrição pela Universidade Estácio do Ceará em 2016, Pós-graduação em Nutrição Clínica e Esportiva pela Faculdade de Quixeramobim – QNIQ 2018. E-mail: nutriarianamendonca@gmail.com

2. Psicóloga, Psicopedagoga, Mestra em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. E-mail: stefaniamarcia@yahoo.com.br

política brasileira? Quais são os impactos concretos da presença feminina nos espaços de decisão?

Este trabalho parte da necessidade de compreender os obstáculos que dificultam a atuação das mulheres na política e de refletir sobre os caminhos possíveis para promover uma representação mais justa e equitativa. Reconhecer a importância da participação feminina é também reconhecer que a diversidade de gênero contribui diretamente para a construção de políticas públicas mais abrangentes, inclusivas e sensíveis às necessidades da população.

Assim, o estudo tem como objetivo geral analisar o papel da mulher na política, considerando os desafios enfrentados ao longo do tempo e os avanços conquistados. Os objetivos específicos incluem: investigar os fatores históricos e culturais que influenciam a baixa representatividade feminina; examinar as políticas afirmativas criadas para promover a participação das mulheres na política; e discutir os efeitos positivos de uma maior presença feminina na formulação de políticas públicas.

A metodologia adotada é de natureza bibliográfica, baseada em autores e estudos que abordam a temática sob diferentes perspectivas. Essa abordagem possibilita uma reflexão crítica e fundamentada sobre os múltiplos aspectos que envolvem a atuação política das mulheres no Brasil.

Este estudo possui estrutura organizada em cinco partes: a introdução, que contextualiza o tema, a problemática e os objetivos; a fundamentação teórica, que discute os principais conceitos e estudos relacionados; a metodologia; a análise e discussão dos dados; e, as considerações finais, que apresentam os achados e apontam possibilidades de transformação.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A participação da mulher na política continua sendo um dos maiores desafios enfrentados pelas sociedades democráticas contemporâneas. Mesmo com os avanços legislativos e sociais das últimas décadas, a sub-representação feminina permanece evidente, sinalizando que a igualdade formal conquistada pelas mulheres ainda não se converteu, de fato, em igualdade substancial. Sobre isso, Alves e Medeiros (2016) afirmam:

Embora as mulheres tenham conquistado o direito ao voto e à elegibilidade no Brasil desde o início do século XX, sua inserção efetiva nos espaços políticos ainda é dificultada por uma série de fatores, entre eles a estrutura patriarcal da sociedade, a resistência dos partidos políticos em promover candidaturas femininas competitivas, e a falta de acesso equitativo aos recursos de campanha. Esses elementos perpetuam a desigualdade de gênero e reforçam a lógica de exclusão que tem afastado as

mulheres das instâncias de poder, mesmo diante de avanços normativos que buscam estimular sua participação (Alves; Medeiros, 2016, p. 4).

De acordo com a citação, é possível evidenciar que o problema da baixa representatividade feminina não se limita à ausência de legislação, mas se enraíza em aspectos mais profundos da cultura política brasileira.

O aparato normativo, como cotas de gênero e incentivos legais, tem enfrentado forte resistência no âmbito partidário, que ainda privilegia perfis masculinos nas candidaturas de maior visibilidade. Além disso, há uma clara defasagem na distribuição de recursos de campanha, o que compromete diretamente as chances eleitorais das mulheres.

Assim, torna-se primordial criar mecanismos formais de inclusão, além de transformar as práticas políticas para que se tornem mais igualitárias e acolhedoras à diversidade de gênero.

Ainda que avanços tenham ocorrido, a política segue sendo um espaço profundamente marcado por desigualdades de gênero. A exclusão histórica das mulheres desse cenário é fruto de um modelo patriarcal que delimitou funções sociais a partir do sexo biológico, associando o masculino ao espaço público e o feminino ao ambiente doméstico.

A construção social que relegou à mulher o papel de cuidadora, responsável pelo lar e pela reprodução, teve impacto direto sobre sua atuação política. Durante séculos, as estruturas de poder foram organizadas para manter a mulher afastada da vida pública, naturalizando sua ausência nos espaços de decisão. Mesmo após conquistas importantes, como o direito ao voto e a ampliação do acesso à educação, a política continua sendo percebida, por muitos, como um território masculino. Esse imaginário coletivo limita o interesse de muitas mulheres em ingressar nesse campo, além de gerar desconfiança quanto à sua capacidade de liderança e tomada de decisões (Borba, 2018, p. 45).

Nesta fala pode-se identificar a força do simbolismo social que ainda pesa sobre a imagem da mulher na política. A associação entre gênero feminino e funções privadas do cuidado e da maternidade é um entrave persistente.

A política, por outro lado, continua a ser moldada segundo uma lógica que valoriza atributos tidos como “masculinos”, como racionalidade, firmeza e autoridade.

Essa visão não apenas afasta as mulheres do campo político, mas também compromete a legitimidade de sua presença quando conseguem ocupar cargos eletivos. É preciso desconstruir esse imaginário social e redefinir os valores que orientam a liderança e a representatividade.

Diante do histórico de exclusão feminina da esfera política, diversas medidas institucionais vêm sendo adotadas com o objetivo de ampliar a participação das mulheres na

vida pública. Alves e Medeiros (2016) analisam a importância das políticas de ação afirmativa, como a reserva de cotas para candidaturas femininas, destacando que tais iniciativas representam um avanço significativo na luta por equidade de gênero.

No entanto, as autoras reconhecem que essas ações, embora necessárias, ainda são insuficientes para garantir uma inserção plena e igualitária das mulheres nos espaços de poder. Isso porque não basta garantir o direito de se candidatar; é preciso assegurar condições reais para que essas mulheres sejam eleitas e exerçam seus mandatos com autonomia, legitimidade e segurança.

A desigualdade no acesso ao financiamento de campanha, a escassa visibilidade na mídia e a falta de apoio partidário constituem barreiras que limitam suas chances de sucesso eleitoral.

Nesse mesmo sentido, Borba (2018) reforça que tais obstáculos não surgem de forma isolada, mas são reflexo de uma estrutura patriarcal profundamente enraizada na cultura política brasileira. Ressaltando ainda que, além da dificuldade de acesso, as mulheres enfrentam um ambiente que frequentemente desvaloriza sua presença, julgando-as por critérios distintos daqueles aplicados aos homens. Dessa forma, mesmo quando conseguem ultrapassar a barreira da candidatura, elas seguem enfrentando desafios constantes para afirmar sua legitimidade enquanto lideranças políticas.

A partir das reflexões de Alves e Medeiros (2016) e Borba (2018), torna-se evidente que romper com a baixa presença feminina na política vai muito além de criar leis ou estabelecer cotas.

É preciso um movimento mais amplo, que envolva mudanças nas regras institucionais, uma revisão na forma como os partidos políticos promovem suas candidaturas e, principalmente, uma mudança de mentalidade na sociedade.

Ainda é forte a ideia de que os espaços de poder pertencem aos homens, o que acaba afastando muitas mulheres desse campo. Para que isso mude, é necessário desconstruir essa visão e abrir caminhos reais para que mais mulheres se sintam motivadas e apoiadas a ocupar lugares de decisão.

A cultura política excludente, que ainda resiste à presença feminina nos espaços de poder, é um dos maiores entraves à construção de uma democracia verdadeiramente representativa. Mesmo quando as mulheres conseguem superar os obstáculos institucionais e chegar aos cargos públicos, muitas vezes se deparam com um ambiente hostil e com a dificuldade de exercer plenamente sua liderança.

A exclusão da mulher da esfera política não é apenas uma consequência da ausência de políticas públicas inclusivas, mas o reflexo de um modelo de sociedade que, historicamente, atribuiu ao homem a autoridade e à mulher a submissão. Esse modelo permanece presente nas instituições políticas, onde a presença feminina ainda é vista como exceção. A própria lógica de funcionamento dos partidos, do parlamento e da gestão pública reproduz valores que dificultam a inserção e a permanência das mulheres, impondo-lhes não apenas desafios de ordem prática, mas também simbólica. Elas precisam, frequentemente, provar que são capazes, que merecem estar ali, enquanto seus colegas homens são automaticamente reconhecidos como legítimos (Grossi; Miguel, 2001, p. 172).

Considerando a citação acima, pode-se notar que as autoras esclarecem quanto ao problema não estar apenas na quantidade de mulheres ocupando cargos públicos, mas no modo como essas mulheres são percebidas e tratadas.

A política, do modo que está estruturada, ainda exige que elas estejam constantemente se legitimando, como se sua presença precisasse de justificativa. Isso gera um desgaste emocional e simbólico que acaba desestimulando muitas mulheres a permanecerem na política ou mesmo a se candidatarem. É como se o lugar que ocupam não fosse, de fato, delas. Superar essa lógica requer uma revisão profunda das estruturas partidárias, dos discursos sociais e da forma como o poder é entendido e exercido em nossa sociedade.

Apesar das conquistas importantes trazidas pelas lutas feministas ao longo dos anos, o ambiente político continua funcionando dentro de uma lógica que favorece quem sempre esteve no poder. Mesmo com a aparência de imparcialidade, as estruturas da democracia representativa ainda refletem desigualdades antigas, que muitas vezes são invisíveis, o que torna ainda mais difícil o caminho das mulheres até os espaços de decisão.

Mesmo com os avanços obtidos pelos movimentos feministas, a política institucional segue estruturada a partir de normas e práticas que favorecem os grupos historicamente dominantes — sobretudo os homens brancos de classe média e alta. As regras do jogo democrático, embora aparentemente universais, não foram pensadas para contemplar as experiências femininas e tampouco as de outros grupos marginalizados. As mulheres, portanto, quando se inserem nesse espaço, o fazem muitas vezes em desvantagem, enfrentando estruturas rígidas que desconsideram suas trajetórias e experiências sociais. Assim, a democracia, tal como está posta, permanece limitada, pois não garante representatividade plena (Pinto, 1994, p. 260).

A reflexão da autora direciona a uma constatação importante: historicamente, as mulheres vêm tentando conquistar espaço dentro de um sistema político que, desde sua origem, não considerou suas vivências e necessidades. Mesmo com o reconhecimento formal de seus direitos, como o voto e a possibilidade de se candidatar, o ambiente político ainda favorece aqueles que sempre estiveram no poder. Isso faz com que as mulheres precisem se esforçar mais para conquistar e manter um lugar nesses espaços.

Pinto (1994) nos provoca a olhar para além da presença numérica feminina, sugerindo que é preciso rever quem está na política, e também de que maneira esse espaço tem sido organizado, se realmente queremos uma democracia mais aberta, diversa e representativa.

Mesmo quando conseguem vencer as barreiras iniciais da candidatura e são eleitas, muitas mulheres continuam enfrentando dificuldades para permanecer e atuar com liberdade e legitimidade nos espaços de poder. Os desafios não se encerram com a eleição; ao contrário, muitas vezes se intensificam com a exposição pública, o enfrentamento da resistência partidária e o julgamento constante sobre sua atuação. Costa e Gonçalves (2021) refletem sobre essa realidade:

As mulheres que chegam aos cargos políticos frequentemente enfrentam um cenário de isolamento, com pouco apoio dentro dos partidos e resistência de colegas homens. Muitas delas relatam que, mesmo tendo sido legitimamente eleitas, precisam constantemente reafirmar sua competência e provar que estão aptas a ocupar o cargo. Soma-se a isso a violência política de gênero, que se manifesta de diversas formas, desde ataques verbais e deslegitimação pública até ameaças e assédios. Esses obstáculos afetam não apenas o desempenho político, mas também a saúde emocional e a permanência dessas mulheres nos espaços institucionais (Costa; Gonçalves, 2021, p. 104).

Em observação ao relato dos autores, é possível refletir sobre o quanto pode ser difícil ocupar um espaço político sendo mulher. Vencer uma eleição, que já exige tanto esforço e enfrentamento, é apenas o começo de uma trajetória marcada por obstáculos ainda maiores.

Em inúmeras vezes, o ambiente que deveria ser democrático e colaborativo se revela hostil, com olhares desconfiados, falta de apoio e tentativas constantes de deslegitimação.

Para muitas parlamentares, estar ali significa ter que reafirmar, dia após dia, que são capazes, que têm voz, que merecem respeito. Enquanto isso, os homens raramente precisam lidar com esse tipo de cobrança.

A violência política de gênero, nesse cenário, não é um detalhe ou um acaso, mas sim uma forma direta de negar às mulheres o direito de participar plenamente da vida pública e de contribuir com suas ideias e experiências para o bem coletivo.

Em relação a isto, Lemos Neto *et al.* (2020) corrobora que a baixa presença feminina na política não se limita apenas à fase da candidatura, mas se estende ao exercício do mandato.

As autoras destacam que o ambiente político brasileiro ainda carece de estrutura e cultura institucional que favoreçam a permanência das mulheres em cargos eletivos. Muitas

vezes, elas enfrentam isolamento, falta de apoio e desvalorização dentro dos próprios partidos, o que compromete seu desempenho e enfraquece sua atuação.

Essa realidade, segundo as autoras, contribui para a evasão feminina da vida política e impede a renovação efetiva dos quadros de poder. Assim, fica evidente que a sub-representação não é apenas numérica, mas também qualitativa e simbólica.

Além das barreiras institucionais, um dos maiores desafios para a presença efetiva das mulheres na política é a ausência de estímulo e preparo desde as fases iniciais da vida social e educacional. A construção da liderança feminina não começa na eleição, ela se inicia muito antes, na forma como meninas são educadas, incentivadas (ou não) a ocupar espaços de fala, decisão e protagonismo. Nesse sentido, Prezotto (2023) aponta:

A formação de lideranças políticas femininas passa, necessariamente, pelo fortalecimento de uma base educacional comprometida com a equidade de gênero. É na infância e adolescência que se constroem as referências de liderança e poder, e a ausência de modelos femininos nesses espaços dificulta que as meninas se reconheçam como futuras representantes. A escola, a família, a mídia e os espaços comunitários têm papel fundamental nesse processo, pois é por meio deles que se reproduz — ou se desconstrói — a ideia de que política é coisa de homem. Investir em ações educativas que promovam a igualdade e visibilizem trajetórias femininas é essencial para transformar esse cenário (Prezotto, 2023, p. 74).

A autora nos convida a olhar para a raiz do problema: a desigualdade começa muito antes do voto. Ela nasce no cotidiano, nas pequenas mensagens transmitidas às meninas sobre o que podem ou não ser. Quando faltam referências femininas em posições de liderança, o imaginário coletivo reforça que esse lugar não lhes pertence.

Por isso, pensar em mais mulheres na política também exige repensar como estamos formando nossas futuras gerações e quais espaços estamos deixando abertos para elas ocuparem.

Além desta perspectiva, Prezotto indica outro ponto central, discutindo a necessidade de mudança nas estruturas institucionais, para que as mulheres não apenas cheguem aos cargos de poder, mas consigam permanecer, crescer e atuar de forma efetiva nesses espaços, a autora afirma:

Não basta que as mulheres sejam candidatas. É preciso garantir condições para que suas campanhas sejam viáveis, suas vozes sejam ouvidas e suas propostas valorizadas. A ausência de apoio financeiro, a desorganização interna dos partidos e a violência simbólica dentro das instituições são fatores que limitam a participação feminina e reforçam a ideia de que elas são figuras decorativas no cenário político. Promover a equidade de gênero exige vontade política, financiamento justo, formação contínua e redes de apoio fortes. Sem isso, o ingresso das mulheres na política corre o risco de se tornar apenas um número, sem impacto real na construção de políticas públicas mais justas e inclusivas (Prezotto, 2023, p. 89).

Observando esta reflexão é possível reforçar que não se trata apenas de abrir a porta, é preciso garantir que as mulheres tenham suporte para atravessá-la com dignidade, segurança e poder de decisão.

A autora denuncia o risco de uma participação meramente simbólica, que serve para cumprir cotas, mas que não oferece às mulheres as ferramentas necessárias para exercerem, de fato, seu papel político. A presença feminina precisa ser acompanhada de escuta, visibilidade e condições reais de atuação. Caso contrário, a democracia segue incompleta.

Considerando que os estudos de Prezotto (2023), Pinto (2001) e Alves e Medeiros (2016) ocorrem em diferentes períodos do último 1/4 de século, em décadas variadas, as perspectivas das autoras possuem uma semelhança crucial: a política, e o formato qual esta organizada. Mesmo que deste modo funcione como um campo de exclusão para as mulheres.

Enquanto Alves e Medeiros (2016) enfatizam os entraves institucionais e a insuficiência das medidas afirmativas, como as cotas de gênero, Pinto (2001) mergulha nas contradições da democracia representativa, mostrando como as mulheres, ao ingressarem na política, muitas vezes precisam se adaptar a uma lógica de poder que não as reconhece.

Prezotto (2023), por sua vez, amplia esse debate ao mostrar que não basta garantir o acesso, é necessário transformar as estruturas para que a presença feminina não seja apenas numérica, mas também política e efetiva.

O diálogo entre as autoras corrobora na percepção de que as barreiras enfrentadas pelas mulheres na política não estão apenas no processo eleitoral, mas também na forma como a política é pensada, praticada e reproduzida.

A presença feminina ainda é vista, muitas vezes, como exceção e não como parte natural da democracia. Isso exige, como apontam essas pesquisadoras, um reposicionamento das instituições, uma revisão dos discursos e, principalmente, uma nova forma de construir poder, menos hierárquico, mais plural e verdadeiramente representativo. É nesse ponto que Pinto (2001) aprofunda a reflexão, ao mostrar que a própria entrada das mulheres na política está carregada de paradoxos.

As mulheres, ao ingressarem na política institucional, enfrentam a pressão de se adequar a um modelo de atuação construído historicamente pelos homens. Essa adequação, muitas vezes necessária para sua aceitação, implica a renúncia de traços identitários, de experiências e de perspectivas femininas que poderiam justamente enriquecer o espaço político. A política, ao invés de se transformar pela presença das mulheres, frequentemente exige que elas se transformem para se manterem ali. É nesse movimento que se revela um dos maiores paradoxos da participação feminina: para ocupar espaços de decisão, elas precisam abrir mão do que as torna diferentes, e isso compromete a possibilidade de construção de uma política verdadeiramente diversa (Pinto, 2001, p. 108).

A análise da autora expõe a contradição silenciosa que atravessa a participação feminina: mesmo quando as portas se abrem, o espaço interno ainda não está preparado para acolher outras formas de pensar, agir e liderar.

As mulheres, ao invés de serem valorizadas por trazerem novas perspectivas, acabam pressionadas a se moldar a uma lógica tradicional, que perpetua desigualdades e limita transformações.

Essa pressão compromete a autenticidade da representatividade e nos obriga a repensar não apenas o número de mulheres na política, mas as condições simbólicas, institucionais e culturais que moldam sua permanência.

3 METODOLOGIA

O presente estudo utiliza como metodologia de pesquisa a investigação bibliográfica, de acordo com Tako e Kameo (2023), que defendem o uso sistemático de fontes previamente publicadas para a análise de fenômenos sociais, a escolha deste método, concentrou-se a filtragem e seleção de textos arquivados em plataformas online, como *SciELO*, *Google Acadêmico*, *Resenha Eleitoral*, *Revista Populus*, *Direito e desenvolvimento*, *Revista OWL (OWL Journal)*-Revista Interdisciplinar de Ensino e Educação, *Revista Estudos Feministas*, *Brazilian Journal of Development* e *Revista Usp*. O referencial teórico foi realizado utilizando obras como revistas e artigos científicos, livros e pesquisas acadêmicas publicadas com direcionamento ao tema abordado no presente estudo "Mulheres na Política". Cabe considerar que a metodologia está diretamente relacionada a ação do estudo, implementando desta forma a intelecção e a conjectura do processo de pesquisa, coleta de dados e análise das informações coletadas, com o propósito de desenvolver e efetivar uma pesquisa acadêmica.

A abordagem empregada no estudo é de natureza qualitativa, considerando que não objetiva-se a quantificação de dados, mas sim compreender e interpretar os significados, contradições e desafios relacionados à presença das mulheres nos espaços de poder. Segundo Lunetta e Guerra (2023), essa abordagem valoriza o conteúdo, a profundidade das análises e a complexidade dos fenômenos sociais, favorecendo uma leitura crítica da realidade pesquisada. Assim a abordagem utilizada neste trabalho institui na investigação do material teórico selecionado como base para proceder quanto a temática escolhida na elaboração do referido artigo.

Para tal investigação foi necessário adentrar ao universo acadêmico de forma que os recursos científicos aplicados na pesquisa englobassem ferramentas acadêmicas como artigos

e revistas científicas, que podem conduzir o processo político-histórico da voz feminina no decorrer da história brasileira, fazendo seleção de autoras como: Alves (2016), Alves e Medeiros (2016), Borba (2018), Almeida e Matos (2015), Grossi e Miguel (2001), Lemos Neto *et al.* (2020), Pinto (1994, 2001), Prezotto (2023) e os autores Costa e Gonçalves (2021) para fundamentação do referido estudo.

No que se refere aos procedimentos técnicos empregues nesta pesquisa, destaca-se a filtragem de palavras chaves como instrumento de coleta de dados junto aos portais digitais de pesquisas, sendo que foram utilizadas as seguintes: "mulher na participação política", "presença da mulher na política", "mulher na política brasileira", "mulher e política".

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Em análise da revisão da literatura, tem-se a percepção que a baixa representatividade das mulheres na política brasileira vai além dos dados estatísticos, pois resulta-se em estruturas históricas e culturais profundamente enraizadas. A desigualdade de gênero no campo político revela um cenário que vai além da ausência de mulheres em cargos eletivos, trata-se de uma exclusão simbólica, institucional e cotidiana que ainda limita a participação plena e legítima das mulheres nos espaços de poder.

Ainda que hajam alguns avanços legislativos, como a implementação de cotas para candidaturas femininas e a criação da Lei nº 14.192/2021 (Brasil, 2021) conhecida como Lei da Violência Política de Gênero, que estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher, autores como Alves e Medeiros (2016) apontam para a fraqueza dessas políticas quando não são acompanhadas de mudanças estruturais mais amplas. Possibilitando que as candidaturas femininas sejam lançadas apenas para cumprir a legislação eleitoral, sem o apoio efetivo dos partidos, sem financiamento adequado e sem visibilidade na campanha. Essa prática, na verdade, reforça um modelo político que ainda privilegia os perfis masculinos e invisibiliza as lideranças femininas.

Prezotto (2023), ao refletir sobre os obstáculos enfrentados pelas mulheres, amplia esse entendimento ao demonstrar que o problema não se limita ao momento da eleição. De acordo com a autora, ainda que as mulheres sejam eleitas, as parlamentares enfrentam resistência interna, deslegitimação de suas propostas e, em casos extremos, violência política de gênero. Revelando deste modo que a inclusão formal não garante nem a permanência, nem a escuta dessas mulheres. O espaço que deveria ser de diálogo e construção coletiva se transforma, para muitas, em um ambiente hostil e excludente.

Para Pinto (2001) existe ainda o risco da adaptação forçada, pois para serem aceitas, muitas mulheres sentem-se pressionadas a se moldar a padrões masculinos de liderança. Essa dinâmica compromete não apenas suas trajetórias individuais, mas também a diversidade de vozes e perspectivas necessárias para uma democracia mais rica e representativa. Ao invés de transformar a política com sua presença, muitas acabam silenciando suas identidades para que possam renovar e humanizar os modos de fazer política.

Considerando os desafios e as injustiças apontadas pelas autoras, pode-se notar que para que a participação feminina seja de fato igualitária, é preciso repensar profundamente como o poder é construído e exercido no país. Isso envolve reformular a estrutura dos partidos políticos, assegurar mecanismos de proteção contra a violência de gênero, garantir financiamento justo para campanhas femininas e, sobretudo, promover uma mudança cultural que valorize as mulheres não apenas como eleitoras, mas como protagonistas da cena política.

Como parte inicial desta transformação, Prezotto (2023), destaca que a construção da liderança feminina começa ainda na infância. Meninas precisam se ver representadas, ter modelos de referência e sentir que seus sonhos não são limitados pelo gênero. Isso significa que a luta pela equidade política está profundamente conectada com a formação cidadã, com o incentivo à participação desde os espaços escolares até os espaços públicos.

Sendo assim, a discussão quanto a presença da mulher na política vai muito além da defesa em relação a quantidade de mulheres ativas nos parlamentos, pois é necessário buscar uma reconfiguração profunda do modo como a sociedade entende, organiza e distribui o poder. O avanço não virá apenas com mais mulheres nas urnas, mas com mais mulheres sendo ouvidas, respeitadas e reconhecidas como legítimas lideranças na construção de um país mais justo e democrático.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa foi possível compreender que a presença da mulher na política brasileira, embora tenha apresentado avanços significativos nas últimas décadas, ainda enfrenta barreiras históricas, culturais e institucionais que limitam sua plena participação nos espaços de poder. A existência da desigualdade de gênero na política revelada pela baixa representatividade numérica, e pelas estruturas simbólicas e práticas que reforçam a exclusão feminina e desvalorizam sua atuação.

Em análise as autoras estudadas, nota-se a semelhança na perspectiva e apontamento de que o problema vai muito além da ausência de mulheres em cargos eletivos, sendo notória

a existência de um sistema político que resiste à transformação e exige das mulheres constantes esforços de adaptação, legitimação e resistência. Ainda que sejam ocupados cargos de decisão, existe ainda o enfrentamento de violências sutis e explícitas que limitam a permanência e autonomia das mulheres.

Ao longo do estudo, evidenciou-se também que medidas como cotas de gênero e políticas afirmativas são importantes, porém insuficientes. Considerando que apenas esta atitude não é o bastante para obtenção de um resultado realista, pois para que a participação feminina na política seja realmente igualitária e efetiva, é necessário investir em mudanças estruturais nos partidos políticos, ampliar o acesso a recursos eleitorais, criar mecanismos de proteção contra a violência política de gênero e, principalmente, promover uma transformação cultural que reconheça as mulheres como protagonistas legítimas na esfera pública.

Destaca-se a importância da formação de lideranças femininas desde a infância, com ações educativas que fortaleçam o protagonismo feminino e rompam com estereótipos que ainda associam o poder ao masculino. A representatividade de mulheres na política tem impacto direto na qualidade democrática e na construção de políticas públicas mais justas, inclusivas e sensíveis às reais necessidades da população.

Assim, é possível concluir que, para modificações reais da presença de mulheres na política é necessário levantamento do debate quanto a justiça social, considerando que essa mudança faz parte de uma condição indispensável para o fortalecimento da democracia.

Para alcançar uma democracia mais representativa e igualitária, torna-se essencial fortalecer políticas de incentivo, garantir maior acesso a recursos eleitorais e combater práticas discriminatórias que dificultam a ascensão das mulheres ao poder.

Contudo, considerando a complexidade do tema abordado neste estudo, recomenda-se que futuras pesquisas aprofundem a análise sobre a atuação das mulheres nos diferentes níveis do poder legislativo e executivo, com ênfase nas estratégias de enfrentamento à violência política de gênero.

Cabe-se ainda investigar como fatores como raça, classe social e território influenciam as trajetórias políticas femininas, ampliando o debate para além da dimensão de gênero. Estudos de abordagem empírica, que incluam entrevistas com mulheres eleitas, lideranças comunitárias ou candidatas não eleitas, podem oferecer contribuições relevantes para compreender os desafios concretos vivenciados por essas mulheres e auxiliar na formulação de políticas públicas mais eficazes para promover sua representatividade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Cristiane Aparecida da Silva; MATOS, Fernanda. Mulher e política: reflexões sobre a participação da mulher na política. **Revista CCCSS: Contribuciones a las Ciencias Sociales**, sep. 2015. Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/cccss/2015/03/mulher-politica.zip>. Acesso em: 4 jul. 2025.
- ALVES, Elizete Lanzoni. A mulher e sua efetiva participação política no Estado Democrático de Direito. **Resenha Eleitoral**, v. 20, n. 1, p. 153-170, 2016. Disponível em: <https://revistaresenha.emnuvens.com.br/revista/article/view/75>. Acesso em: 4 jul. 2025.
- ALVES, Samille Lima; MEDEIROS, Lucineide Barros. Democracia, cidadania e o princípio da igualdade: medidas de discriminação positiva e a presença da mulher na política. **Revista Populus**, n. 2, 2016. Disponível em: https://www.academia.edu/download/51407148/artigo_revista_populus.pdf. Acesso em: 4 jul. 2025.
- BORBA, Angela. **Mulher e política**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2018. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fpabramo.org.br/xmlui/handle/123456789/309>. Acesso em: 4 jul. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 14.192/2021**. Estabelece normas para prevenir, reprimir e combater a violência política contra a mulher [...]. [Brasília, DF]: [Presidência da República], 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/14192.htm. Acesso em: 4 set. 2025.
- COSTA, Ricardo Sérvulo Fonsêca da; GONÇALVES, Rogério Magnus Varela. Participação da mulher na política brasileira. **Direito e desenvolvimento**, v. 12, n. 1, p. 97-111, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unipe.edu.br/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/1326>. Acesso em: 4 jul. 2025.
- GROSSI, Miriam Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, p. 167-206, 2001. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ref/v09n01/v09n01a10.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2025.
- LEMOS NETO, Katiane Emanuele Lemos *et al.* Participação da mulher na política: uma análise bibliométrica da produção acadêmica no período de 2010 a 2018. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 5, p. 22851-22866, 2020. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/9457>. Acesso em: 4 jul. 2025.
- LUNETTA, Avaetê de; GUERRA, Rodrigues. Metodologia da pesquisa científica e acadêmica. **Revista OWL (OWL Journal) - Revista Interdisciplinar de Ensino e Educação**, v. 1, n. 2, p. 149-159, 2023. Disponível em: <https://revistaowl.com.br/index.php/owl/article/view/48>. Acesso em: 4 jul. 2025.
- PEREIRA, Adriana Soares *et al.* **Metodologia da pesquisa científica**. Santa Maria: UFSM, 2018. Disponível em:

https://biblioteca.unisced.edu.mz/bitstream/123456789/1532/1/Metodologia-da-Pesquisa-Cientifica_final.pdf. Acesso em: 4 jul. 2025.

PINTO, Céli Regina Jardim. Mulher e política no Brasil: os impasses do feminismo, enquanto movimento social, face às regras do jogo da democracia representativa. **Revista Estudos Feministas**, v. 2, p. 256-270, 1994. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/ref/v02sespecial/v02sespeciala21.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2025.

PINTO, Céli Regina Jardim. Paradoxos da participação política da mulher no Brasil. **Revista Usp**, n. 49, p. 98-112, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/download/32910/35480>. Acesso em: 4 jul. 2025.

PREZOTTO, Juliana Luiz. **A participação da mulher na política brasileira**: lutas e desafios para a efetivação de direitos. [S. l.]: Editora Thoth, 2023.

TAKO, Karine Vaccaro; KAMEO, Simone Yuriko. **Metodologia da pesquisa científica**: dos conceitos teóricos à construção do projeto de pesquisa. Campina Grande: Amplla Editora, 2023.